



HAL
open science

Programas, sim, mas para fazer o quê? Uma análise dos Manifestos eleitorais dos partidos políticos para as eleições moçambicanas de 15 de Outubro de 2019

Michel Cahen

► **To cite this version:**

Michel Cahen. Programas, sim, mas para fazer o quê? Uma análise dos Manifestos eleitorais dos partidos políticos para as eleições moçambicanas de 15 de Outubro de 2019 . Salvador Cadete Forquilha. Desafios para Moçambique 2020, XI, Instituto de Estudos Sociais e Económicos, pp.97-120, 2020, Desafios para Moçambique 2020, 978-989-8464-50-7. halshs-03099827

HAL Id: halshs-03099827

<https://shs.hal.science/halshs-03099827>

Submitted on 19 Jan 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

PROGRAMAS, SIM, MAS PARA FAZER O QUÊ?

UMA ANÁLISE DOS MANIFESTOS ELEITORAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA AS ELEIÇÕES MOÇAMBICANAS DE 15 DE OUTUBRO DE 2019¹

Michel Cahen

INTRODUÇÃO

Os principais partidos publicaram Manifestos eleitorais que podem ser úteis para o eleitor que desejar entrar nos detalhes das propostas partidárias. Mas são utilizados aqui como fontes de análise para ter uma melhor compreensão da natureza destes partidos e das suas culturas políticas. Escolheram-se aqui os partidos que se apresentam na maioria das províncias. A Frelimo, a Renamo e o MDM apresentam-se às três eleições (presidenciais, legislativas e provinciais), o Podemos não apresentou um candidato para as presidenciais e apresenta-se em oito das onze províncias para as legislativas. A Nova Democracia decidiu apresentar candidatos somente nas legislativas, onde estará presente em todas as províncias.

Começa-se por analisar o Manifesto do partido no poder, a Frelimo, para depois analisar o do principal partido de oposição e, enfim, o do terceiro partido, o MDM. Por último, serão analisados os Manifestos de dois novos partidos: Podemos e Nova Democracia.

Chama-se a atenção do leitor para o facto de este artigo não estudar estes partidos políticos como tais, mas somente os Manifestos eleitorais, isto é um tipo de texto muito contextual.

FRELIMO. UNIDOS, FAZEMOS MOÇAMBIQUE DESENVOLVER (20 DE JULHO DE 2019, 98 PÁGINAS).

O Manifesto da Frelimo é o mais comprido de todos. Começa por uma exortação e uma parte de balanço de oito páginas, depois do que vêm quatro «pilares» de comprimento desigual :

Pilar 1: Consolidação da unidade nacional, paz, reconciliação nacional e democracia.

Pilar 2: Consolidação do Estado de direito democrático, descentralização e ética governativa.

¹ Chama-se a atenção para o facto de este artigo ter sido escrito antes das eleições de 15 de Outubro de 2019.

Pilar 3: Promoção do desenvolvimento económico sustentável e da justiça social (o mais longo, dividido em quatro eixos).

Pilar 4: Cooperação regional e internacional.

A **exortação** advoga que pretende «assegurar a continuação da construção de Moçambique, como um País de paz, segurança e ordem públicas, estabilidade política, tolerância, harmonia social, democracia e Unidade Nacional, rumo ao desenvolvimento económico e social» (pp. 9-10).

A **parte do balanço** diz nomeadamente que «[a]s acções do Governo resultaram na criação de um ambiente de Paz e harmonia entre os Moçambicanos, estabilidade social, clima favorável ao investimento privado nacional e estrangeiro, aumento da produção e produtividade agrícola, criação de oportunidades de emprego e de mercado para bens e serviços, melhoria dos serviços sociais básicos, construção e manutenção de infra-estruturas estratégicas» e que «[a] abertura do Presidente Filipe Jacinto Nyusi ao diálogo para a Paz efectiva, que pôs fim às hostilidades militares protagonizadas pela Renamo, no último quinquénio, foi um facto inequívoco de reafirmação do compromisso da FRELIMO com a Paz, *com vista a garantir a Unidade Nacional*». [grifo meu]

Depois, passa a detalhar estatisticamente as realizações, como a cobertura de água que passou de 53 % para 59 % de 2015 para 2019 (não quer dizer que a água chegue a todas as casas, mas que há uma fonte de água na proximidade), a construção de 46 pontes «do Rovuma ao Maputo», novas indústrias (cimento, grafite, açúcar, descasque de caju), estradas terciárias e vicinais, novos autocarros nas zonas urbanas do País, expansão da rede de telecomunicações, contratação de milhares de professores, hospital central de Quelimane, luta multisectorial contra o paludismo, criação de empregos, etc.

Mas «[a]s realizações do quinquénio foram negativamente assoladas por desastres naturais com efeitos devastadores na vida das populações». *Estes eventos negativos são apresentados como «naturais». Nestes eventos negativos não se fala das dróvidas ocultas.*

A **parte «Compromisso para o quinquénio 2020-2024» tem como pilar 1 a «consolidação da Unidade Nacional»**. É que vem mesmo em primeiro, nas primeiras linhas : «A FRELIMO, inspirando-se nos princípios, valores e ideais do 25 de Junho de 1962, que guiaram a luta pela conquista da Independência Nacional, reafirma que Moçambique é um Estado uno, indivisível, soberano e com fronteiras internacionalmente reconhecidas.» No entanto, «[a] Unidade Nacional compreende uma multiplicidade e complexidade de *elementos* [grifo meu] que consubstanciam as *dimensões* [grifo meu] socioculturais e económicas da sociedade moçambicana». Veja-se que nunca se fala nas nações africanas pré-coloniais, vulgo etnias ou até tribos, ou em formações sociais. A complexidade é feita só de «elementos», que, no vocabulário político da Frelimo desde o tempo do partido único, não são nem sociedades nem nações pré-coloniais, mas indivíduos: há reconhecimento de particularidades individuais, mas há sempre uma relutância em admitir a existência de *formações* socioculturais além da nação. No entanto, sem anunciar medidas concretas, diz-se (p. 23) que se deve «valorizar a diversidade etnolingüística, religiosa e racial que

caracteriza [o] mosaico sociocultural do Povo moçambicano». Há um só povo moçambicano, mas que insere uma diversidade etnolinguística num «País próspero, uno e indivisível». É de reparar que esta narrativa foi sempre a da Frelimo, em particular desde o tempo dos festivais de danças tradicionais, que «fólclorizavam» as culturas locais.

O multipartidarismo serve «para a consolidação da Unidade e Coesão Nacional». Será que isso é sinónimo da consolidação da Frelimo pelas urnas, da Frelimo como garantia de unidade nacional? Da mesma maneira, os *media* devem ser os «verdadeiros catalisadores da Unidade Nacional e da coesão entre os moçambicanos». Pode notar-se, depois da decisão do Instituto de Comunicação Social sobre os jornalistas comunitários (que restringia as garantias deles), que o parágrafo 20 diz que é preciso «[a]ssegurar a consolidação da democracia, através do aprofundamento do respeito pela liberdade de expressão e de opinião, a todos os níveis, respeitando a opção política, religiosa e cultural de cada cidadão» (p. 27).

Na subparte «ordem pública e segurança», não se fala da insurreição jihadista em Cabo Delgado (p. 27).

No **pilar 2 sobre a consolidação do Estado de direito democrático**, a introdução (p. 28) diz que «a administração pública e as instituições de administração da justiça e da lei e ordem devem garantir o pleno gozo dos direitos e liberdades dos cidadãos», *mas não fala em despartidarização do Estado*. Defende uma ética governativa baseada na «transparência e na cultura de prestação de contas», *mas não diz se a prestação de contas é para os cidadãos ou para o partido no poder*, como tem sido até agora com o princípio extraconstitucional de que o «Governo é filho do partido». Reafirma-se o carácter «unitário do Estado» e a «separação e interdependência» dos poderes «Legislativo, Executivo e Judicial» (veja-se que é «interdependência» e não independência como é costume nos Estados weberianos). A «descentralização» e «boa governação são componentes fundamentais da democracia» (p. 30), mas nunca se detalham as medidas decididas no acordo sobre descentralização com a Renamo, como se a Frelimo como partido não se comprometesse com o acordo assinado pelo Governo.

Nove subpontos (pp. 32-33) incidem sobre a ética governativa e a luta contra a corrupção, mas são afirmações de princípios sem nenhum anúncio de medidas concretas. No subponto «Género» (p. 34), pode dizer-se a mesma coisa no que toca à luta contra a violência doméstica e as violações (*por exemplo podiam propor-se brigadas de polícia feminina para receber as queixas das mulheres, como existem em São Paulo*).

O **pilar 3 sobre «[p]romoção do desenvolvimento económico sustentável e da justiça social»** considera que a «diminuição das assimetrias [é] o garante de um desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo sustentável» (p. 35).

O subponto sobre «justiça social e desenvolvimento do capital humano» é muito extenso, mas inclui mais uma série de metas do que medidas concretas sobre educação, saúde, «mulher, família e acção social» e sobretudo *não se fala do financiamento de tão numerosas medidas*. Não

se fala de planeamento familiar e da limitação do número de crianças por mulher a não ser indirectamente (p. 47) sobre a promoção da «saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens e hábitos de vida saudável».

O subponto sobre «água e saneamento» dá o «aumento da cobertura do abastecimento de água [como] um elemento prioritário e vital».

O subponto sobre «habitações» é um dos raros que fala em planeamento, mas esse é para a construção a preço regulamentado. Não me parece que haja qualquer visão para parar o aumento da população urbana.

O subponto sobre a juventude é paradoxalmente bastante curto para uma faixa etária que corresponde a metade da população. O mais original é o desenvolvimento do associativismo juvenil, sem que haja uma notinha sobre a independência dessas associações.

O subponto sobre os transportes públicos fala em incentivar a cabotagem para as pessoas e as mercadorias. Nunca fala especificamente do transporte ferroviário.

O subponto sobre a cultura considera que ela «constitui um elemento fundamental para a construção da nossa identidade» e para «consolidar a Unidade Nacional». Propõe a criação de «arquivos e locais de luta», que suponho que quer dizer arquivos locais e patrimonialização de lugares simbólicos da luta. Indica a meta de «impulsionar a valorização e divulgação das línguas nacionais» sem medidas concretas. *E deve reparar-se que esta meta não está no parágrafo sobre a educação e o sistema escolar nem na estrutura do aparelho de Estado, mas no parágrafo sobre cultura – é uma visão patrimonial e não de uso social.*

O ponto sobre «desenvolvimento económico» centra-se na noção de «crescimento económico» (p. 56), *sem falar, por exemplo, de melhor partilha das riquezas do País*: «promoção de políticas fiscal e monetária prudentes», «mecanismos de transparência e gestão de risco nas contas públicas», «aprimorar os mecanismos de tributação de dividendos e mais-valias associadas à exploração do gás e outros recursos minerais e orientar a receita fiscal daí decorrente para o investimento nos sectores prioritários e promover o desenvolvimento das comunidades» (p. 57) [*quem vai acreditar nisto?*]. A promoção do emprego é vista principalmente através da formação, favorecendo nomeadamente o auto-emprego.

No subponto sobre o sector financeiro (p. 59), pode encontrar-se a proposta de criação de um novo banco de desenvolvimento vocacionado para as pequenas e médias empresas.

No subponto sobre a promoção do investimento, prioridade ao investimento produtivo e «criação de um Fundo Soberano [FS], para investir em sectores estratégicos da economia e nas necessidades socioambientais de longo prazo» (p. 62). O risco é, pois, que o FS sirva para esses «sectores estratégicos da economia» e não para a agricultura familiar...

No subponto sobre aumento da produção e produtividade, é de notar que a agricultura, uma vez repetido o princípio de que «é a base do desenvolvimento de Moçambique», quase não é mais citada. Fala-se somente do «sector agrário» (e não agrícola) com um perfeito

programa de agronegócio e esquece-se a agricultura familiar : «um sector agrário dinâmico, integrado, próspero, competitivo e sustentável, que garanta maior contribuição na economia do País, através do aumento da capacidade de implementação de tecnologias modernas e disponibilização de sementes melhoradas, fertilizantes, pesticidas, rações, equipamentos e implementos agrícolas melhorados para os produtores» (p. 63). Fala-se apenas de «massificar o uso da tracção animal e a mecanização gradual» e «estimular a transformação dos agricultores familiares em agricultores comerciais» (p. 64). Como? Não se faz menção ao programa Sustenta. A subparte sobre a indústria (p. 65) apresenta um programa geral de metas de industrialização. Pode-se dizer a mesma coisa do turismo.

No ponto sobre «infra-estruturas e equipamentos públicos» (p. 69) fala-se dos caminhos-de-ferro num parágrafo, mas não se faz referência à reorientação estratégica Norte-Sul: deve-se fazer «a manutenção e a reabilitação das linhas férreas existentes no País, com vista a garantir maior fluidez de carga e o escoamento dos produtos das zonas de maior produção». Sem surpresa, trata-se de «[i]mpulsionar o desenvolvimento dos principais corredores» e de «[p]romover a construção de infra-estruturas de logística para o transporte e escoamento dos recursos minerais» (p. 71). [Isto é, continuar a estrutura colonial dos caminhos-de-ferro orientados do Índico para o *hinterland* anglófono.]

No subponto sobre energia, trata-se de atingir o «fornecimento de energia eléctrica para todos até 2030» e «[p]romover a construção de novas centrais hidroeléctricas, eólicas e térmicas alimentadas a gás natural, carvão mineral e biomassa». [O Parlamento moçambicano ratificou o tratado da COP 21 em Novembro de 2017, que deveria limitar o crescimento da energia térmica, mas o Manifesto não fala nisso.] O subponto sobre «planeamento e ordenamento territorial urbano e rural» é muito curto e, na realidade, incide somente nas cidades («[promover a criação de novas cidades e vilas», «intervenção integrada, física, ambiental e social, para a requalificação dos assentamentos informais», «requalificação dos bairros urbanos e periurbanos»). *Não há visão de uma política que permita que mais pessoas vivam no campo, de forma a parar ou pelo menos travar o crescimento urbano.*

O subponto sobre «[e]xploração sustentável dos recursos naturais» mistura um pouco tudo: «incentivar a melhoria da gestão da segurança alimentar através da pesca e aquacultura, o desenvolvimento de actividades como a agricultura, turismo e desporto, transportes marítimos e a exploração de hidrocarbonetos» (p. 75). De notar que «a FRELIMO é pela exploração e gestão responsável, transparente e sustentável dos recursos minerais, para que o impacto dos mesmos beneficie os moçambicanos de hoje e do amanhã» (p. 82). Na página 83 há uma fotografia da mina de carvão a céu aberto de Moatize, sem que se fale de poluição e de reassentamento das populações. Aliás, esta palavra está ausente do Manifesto (a de poluição aparece somente no que toca à gestão da água (p. 84) e do uso do plástico (p. 90). Não se propõe a proibição dos sacos de plástico, como já fizeram alguns países africanos.

No «Pilar 4: Cooperação regional e internacional» (p. 89), é de notar a importância dada à «diplomacia económica», em particular ao «[r]eforço da confiança dos investidores e dos parceiros de desenvolvimento» (p. 95). A integração regional não é questionada. É de se admirar, para um programa de um *Governo*, que seja proposta a cooperação «com os Partidos amigos dos Países da região, particularmente com os Antigos Movimentos de Libertação da África Austral» (p. 90). Aqui se vê que não se faz a distinção entre partido e Estado, mesmo em política internacional.

REPAROS GERAIS SOBRE O MANIFESTO DA FRELIMO

Frente a tal programa, a primeira pergunta que se pode fazer é porque é que não foi implementado mais afincadamente durante os 44 anos de poder deste partido. Como já foi dito, o Manifesto é uma longa lista de metas que desenham um *Estado capitalista, social, liberal e de desenvolvimento*, este último sendo visto principalmente como crescimento.

Muitas metas não integram medidas concretas, em particular no financiamento. Não há uma parte sobre o financiamento do programa no Manifesto e em particular não há um capítulo sobre o aumento dos recursos do Estado para estabilizar esta política social. O Manifesto não fala das dívidas ocultas ou, pelo menos, de propostas para resolvê-las.

O conceito de partilha das riquezas não aparece nunca no Manifesto. Visivelmente, o aumento de recursos financeiros para o programa social proposto é esperado unicamente de «mecanismos de tributação de dividendos e mais-valias associadas à exploração do gás e outros recursos minerais e orientar a receita fiscal daí decorrente para o investimento nos sectores prioritários e promover o desenvolvimento das comunidades». Ou seja, só depois de 2026. Mais alguns anos para reembolsar as dívidas ocultas? *Isto é, não há uma visão de criação de riqueza e produção de capital local principalmente baseadas na agricultura familiar e no artesanato, actividades da maioria da população. O projecto é extravertido*, sonha com actividades de alto teor de capital fixo baseadas principalmente no investimento externo, por vezes pela via de PPP (parcerias público-privado). Com efeito, a impressão geral é que o Manifesto contém de tudo um pouco sem estratégia global, sem visão, a não ser, como já foi dito, o «desenvolvimento» e o «crescimento», com base extravertida, isto é uma estratégia que nunca funcionou nos séculos XX e XXI na ultraperiferia do capitalismo.

Aliás, pode-se reparar que a Frelimo aceitou completamente o processo de naturalização dos conceitos, que se reforçou desde a queda da União Soviética: o conceito de «capitalismo» está ausente do Manifesto, que não diz que o projecto é um *projecto de capitalismo na periferia do mundo*. Fala só em «economia». Com certeza, fala de uma economia diversificada, da promoção do auto-emprego e de outras medidas para as camadas humildes da população. Mas sabendo do funcionamento do sistema-mundo capitalista, se não houver concretização de uma estratégia muito forte para evitar as imposições deste sistema, muito provavelmente

as metas previstas para as camadas humildes continuarão a ser uma ilusão. Os conceitos de «classes sociais» e de «elite» também estão ausentes: *será que Moçambique não é uma sociedade de classes?* De notar que o conceito de pobreza absoluta desapareceu completamente do Manifesto. A «pobreza» é mencionada somente quatro vezes nas 98 páginas.

A visão global de Moçambique fica a de uma nação una – não só unificada mas una –, com certeza com diversidade interna, mas essa diversidade interna nunca é tornada relevante para a organização do Estado: não se fala em reformular as províncias para elas corresponderem melhor às realidades socioculturais, não se fala em mudar a capital, em fazer um caminho-de-ferro Norte-Sul, em co-oficializar localmente no Estado e nas escolas o uso das línguas africanas. Aliás, as línguas africanas são citadas somente no capítulo da «cultura» e nunca no da educação ou do funcionamento local do Estado. É uma visão patrimonial e folclorizante, não a de desenvolver o espaço social do uso dessas línguas e de co-oficialização local.

Sobre o ordenamento territorial, assunto fundamental para o futuro do País, não há visão de uma política que permita que haja mais pessoas a viver no campo (não sendo obrigatoriamente camponeses), travando e parando o crescimento urbano. *A única política proposta é o acompanhamento do crescimento infinito das cidades.* O ordenamento territorial não abraça os «eventos negativos» como os ciclones, que são apresentados como desastres «naturais». Aliás, como já foi dito, nesses eventos negativos não se fala das dívidas ocultas.

É uma visão obviamente mais liberal da nação que do tempo do dito «marxismo-leninismo», mas a «unidade nacional», na realidade, é uniformidade nacional e enquadramento no parti-nação que é a Frelimo. Na verdade, na totalidade do Manifesto, nunca está escrito «o Estado vai fazer...»: aparece de vez em quando «o Governo da Frelimo vai fazer...», mas, na esmagadora maioria dos casos, está escrito simples e directamente «a Frelimo vai implementar...». Fica dominante, pois, a visão neopatrimonialista segundo a qual o que *o Estado da República faz*, é a Frelimo que *oferece* ao seu povo.

Globalmente, o Manifesto é, pois, conservador: trata-se simplesmente de continuar o que foi feito desde a viragem capitalista do fim dos anos 1980, esperando que rios de dinheiro venham flexibilizar a economia e sociedade daqui alguns anos.

Mas será que os outros partidos rompem com esta visão?

RENAMO. A RENAMO E OSSUFO MOMADE, A ESPERANÇA DOS MOÇAMBICANOS. VAMOS MUDAR MOÇAMBIQUE, TRANSFORMANDO VIDAS (S.L., S.D., 44 PÁGINAS).

O Manifesto da Renamo é uma brochura. Na capa vem o retrato de Ossufó Momade, mas na página 1 é o próprio título do Manifesto que põe a Renamo antes do Presidente: «A Renamo e Ossufó Momade...». Contém uma introdução de cinco páginas intitulada «Um programa de

transformação do País para a construção de uma Sociedade Livre, Justa e Próspera» (pp. 1-5). Depois vêm dez capítulos:

- Capítulo 1: Valores e princípios fundamentais da governação da Renamo (pp. 6-12).
- Capítulo 2: Poderes do Estado (pp. 14-16).
- Capítulo 3: Poderes tradicionais (p. 16).
- Capítulo 4: Desenvolvimento humano (o mais comprido, pp. 16-26).
- Capítulo 5: Visão económica (pp. 27-37).
- Capítulo 6: Promoção de desenvolvimento equilibrado do País (pp. 37-38).
- Capítulo 7: Meio ambiente (pp. 38-39).
- Capítulo 8: Estabilidade e tranquilidade nacional (pp. 39-40).
- Capítulo 9: Política externa.
- Capítulo 10: Comunicação social (p. 43).

Acaba (p. 44) com a letra do hino do partido, adoptado no I Congresso da Renamo realizado em Macoco-Maringue de 5 a 10 de Junho de 1989.²

O Manifesto eleitoral da Renamo contém um programa cheio de medidas sociais e económicas, algumas das quais são, tal como no Manifesto da Frelimo, mais metas do que medidas, e outras são concretas. Em conjunto, o Manifesto desenha a imagem de um *Estado de direito, capitalista, descentralizado, liberal e social*. A Renamo advoga a separação dos poderes (lembra que a Frelimo diz «separação e interdependência») e, como medida de reforço da independência da Justiça, quer pôr o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) directamente sob a autoridade do Ministério Público e já não do Governo. No que toca ao Estado social, que implica o reforço do orçamento, notei uma ausência quase total de cálculo ou propostas de financiamento destas medidas. Para a Renamo, parece muito nítido que o orçamento necessário será obtido pelo fim da corrupção e da partidarização no aparelho de Estado, por um «Estado de austeridade» e pelo *não* pagamento das dívidas ocultas.

O programa dá grande importância às PPP (parcerias público-privado), provavelmente como maneira de superar a fraqueza orçamental do Estado (fraqueza que, no entanto, não é mencionada no Manifesto) e sem lembrar que, em todos os países onde foram tentadas, as PPP custaram muito dinheiro ao Estado *mais tarde*, porque, regra geral, é o Estado que assume todos os riscos e o privado que colhe os benefícios. Mas, se estas medidas de transformação fossem coroadas de sucesso, seria uma ruptura assaz nítida com a economia colonial mantida pela Frelimo (quero dizer uma economia onde Moçambique exporta só matérias primárias e importa quase tudo o resto). Com efeito a Renamo propõe – sou eu a utilizar esta expressão que não consta do Manifesto – uma *revolução industrial*: trata-se de transformar localmente a grande maioria das matérias primárias, criando assim mais-valia e emprego. No entanto,

² A meu ver não é o primeiro congresso (houve um em 1983).

além do voluntarismo governamental, não está bem explicado como conseguir atingir este objectivo: provavelmente com recurso ao investimento estrangeiro, mas será que este estará interessado em transformar em Moçambique as matérias-primas que as grandes companhias estão habituadas a comprar e exportar não transformadas? Num caso, uma medida é bastante fácil de aplicar: a proibição completa de exportação de madeira em toros.

Uma atenção muito grande é dada à agricultura familiar, mas também ao agronegócio. Ora, não se pode dizer que haja nisso uma verdadeira ruptura com o Manifesto da Frelimo. Para minha admiração, não encontrei a proposta de pôr fim à lei de nacionalização da terra, para poder «dar a terra a quem a trabalha». Esquecimento ou desejo de que o Estado mantenha, num Governo da Renamo, poder sobre a terra?

No que toca à população principalmente rural, a mais pobre, é proposto um subsídio para as parturientes muito pobres – mas não é apresentada a ideia de uma pensão universal para a velhice rural.

Um melhor equilíbrio das províncias é uma referência importante, mas não existe um projecto para as redesenhar de forma a ter em conta as realidades socioculturais nem se faz uma alusão precisa aos poderes e às finanças das províncias (diz-se que deverão ser «dotadas»). Este melhor equilíbrio parece, pois, dever advir só do voluntarismo e da prática do Governo. A ideia da nação una da Frelimo não me pareceu muito contestada. No parágrafo sobre educação, não é feita menção às línguas africanas com vista à promoção do bilinguismo ou trilinguismo ao longo de toda a escolaridade. No domínio da escola, a Renamo propõe a extensão da escola pública gratuita até ao 10.º ano. No domínio social, é dada ênfase várias vezes ao acesso de todos a água potável.

A corrupção ocupa um lugar de destaque no Manifesto em diversas páginas. No entanto, não há propostas de medidas concretas e de um plano monitorizado com ajuda de peritagem independente, até estrangeira, a não ser, como já foi citado, um efeito positivo possível da dependência directa do SERNIC do Ministério Público. Por exemplo, não é proposta uma medida como a publicação obrigatória e verificada do património do Presidente, dos ministros e de todos os directores, governadores, presidentes de câmara na posse e na cessão de funções, com obrigação de retribuir ao Estado a diferença, se esta for significativa. Propõe-se a luta contra a «grande corrupção», que se espera que leve ao declínio da pequena corrupção. Mas, mais uma vez, é o voluntarismo governamental que parece dever assegurar esta política anticorrupção. A Renamo acredita que a ferramenta principal de luta contra a corrupção será a despartidarização do aparelho de Estado, incluindo as FADM, a polícia e o SISE. Com certeza a partidarização é uma das causas da corrupção: será a única?

A política de inclusão para os deficientes é citada, mas não são apresentados detalhes.

Esperava que o Manifesto desse um grande destaque à descentralização e à desconcentração: diz-se simplesmente que serão «aprofundadas», mas não se fala, por exemplo, da supressão

das Secretarias de Estado nas províncias e dos Governos de Distrito nas áreas das autarquias municipais. Não se propõe a municipalização geral do País, que é uma reivindicação antiga da Renamo vinda dos Acordos de Paz de 1992. Achei essa ausência estranha. Não sei se a Renamo, pensando estar à beira do poder, mudou de opinião ou se foi uma deficiência na escrita do Manifesto.

O Manifesto contém algumas medidas concretas que vale a pena citar, como:

- A criação de centros de acolhimento para as mulheres vítimas de violência doméstica e repressão forte dessa violência.
- Um programa de acesso à propriedade de casas privadas.
- O apoio à emergência de um sindicalismo independente e à garantia do direito à greve, preservando, no entanto, a primazia do diálogo.
- Um sistema de segurança social «que capitaliza as contribuições dos trabalhadores». Fiquei a pensar sobre o significado do verbo «capitalizar» porque há dois princípios possíveis na segurança social: por repartição ou por capitalização. É bem conhecido que o sistema de repartição é mais seguro e mais social, do que o de capitalização, que não se sabe o que vai dar ao longo dos anos.
- A continuação das privatizações do sector público (em condição de «transparência») e fazer funcionar as empresas públicas segundo as regras do sector privado: isto quer dizer que alguns serviços públicos vão desaparecer. Além disso, esta regra pode estar em contradição com a vontade de industrialização local, que pode impor medidas de protecção. Recorde-se o caso famoso do Banco Mundial que impôs a Moçambique o fecho da indústria de descasque do caju porque o preço do caju era mais elevado se se exportasse não descascado para a Índia do que se se descascasse em Moçambique. Isto destruiu um ramo industrial moçambicano no início dos anos 1990 – se não estou em erro – e enviou para o desemprego centenas de mulheres. Ora, «as leis do mercado» nem sempre são as melhores para desenvolver a industrialização.
- «[R]educir o êxodo para as cidades». É uma referência que não existe no Manifesto da Frelimo. Mas como? Um outro parágrafo indica a vontade de «melhorar as condições de vida das populações rurais [...] sem violentar a sua personalidade, a sua maneira de ser, os seus hábitos e costumes». Diz também a Renamo que «os interesses específicos de cada unidade territorial ou comunidade devem ser promovidos e defendidos pelas respectivas populações» e que, por isso, «é preciso aprofundar o relacionamento com o poder local [restituindo] mais poderes e competências e autonomia administrativa, financeira e patrimonial» (p. 16). Isto parece concernir tanto ao poder tradicional como ao poder municipal. Sem um grande plano de desenvolvimento da agricultura familiar, será suficiente para revitalizar o campo e parar com o êxodo rural?
- Por fim, queria citar um voto obviamente ausente do Manifesto da Frelimo, a saber que

os agentes do SISE devem ser «totalmente apartidários e republicanos». Entende-se perfeitamente este princípio, mas não seria sinónimo de dizer que já não seria o SISE, mas a recriação de raiz de um novo serviço?

Em contrapartida, estranhamente, o Acordo de Paz definitiva não aparece como trunfo da Renamo no Manifesto, quando o Manifesto da Frelimo dá grande ênfase a este Acordo.

REPAROS GERAIS SOBRE O MANIFESTO DA RENAMO

Globalmente, vemos que o Manifesto da Renamo apresenta um programa de Estado de direito, capitalista, liberal, social e descentralizado, onde se quer ao mesmo tempo desenvolver o capitalismo e domá-lo para tarefas de desenvolvimento. Será isso possível na periferia do capitalismo? Há diferenças em relação ao programa da Frelimo na insistência na luta contra a corrupção, no equilíbrio das províncias, no empoderamento maior dos chefes tradicionais no campo, na educação gratuita até ao 10.º ano, num programa de acesso a alojamento para jovens. Mas há pontos comuns também, aos quais voltarei no fim.

MDM. MANIFESTO ELEITORAL 2020-24, MOÇAMBIQUE PARA TODOS, BEIRA, MAIO DE 2019, 54 PÁGINAS.

O Manifesto do MDM tem 54 páginas mas, na realidade, é muito mais comprido do que o da Renamo, uma vez que o tamanho das letras é muito pequeno... Provavelmente o Manifesto tem um tamanho comparável ao do da Frelimo. O Manifesto começa por uma «Carta aos Moçambicanos do Presidente do Partido, Daviz Simango» (pp. 4-7) e um «Preâmbulo» (pp. 8-10).

O texto está estruturado em cinco capítulos:

1. «Preservar a paz e a democracia e consolidar a coesão nacional» (pp. 10-24).
2. «Desenvolvimento económico e criação de emprego» (pp. 25-33).
3. «Desenvolvimento das infra-estruturas» (pp. 38-37).
4. «Desenvolvimento e equilíbrio social» (pp. 38-49).
5. «Reforçar a participação de Moçambique no contexto internacional» (pp. 50-53).

Tem também uma conclusão: «Moçambique para todos» (p. 54).

A **carta de Simango** aos eleitores dá grande ênfase ao retorno da violência, não só no Norte mas em todo o País por causa do comportamento dos agentes do partido-Estado. O MDM insiste, pois, na sua imagem de sempre: a de um partido sem armas e pacífico. A carta fala do processo de negociações de paz, mas considera-o falhado por que não integra no processo de desmobilização, desmilitarização e reintegração (DDR) da maioria dos que empurraram as armas e porque se mantém a «actuação mercenária do STAE», que não foi abrangido na negociação, pelo que «os dois Pilares do conflito são ignorados» (p. 6). Embora o Manifesto

tenha sido escrito antes do Acordo de Paz, pode-se reconhecer que o MDM apreciou a situação que conhecemos agora. Também insere um reparo que não vi nos Manifestos da Frelimo e da Renamo, isto é: «Nos últimos anos assistimos a uma minoria ficar cada vez mais rica e um povo cada vez mais pobre» (p. 4). Depois, é uma série de «Basta!» porque o regime da Frelimo «falhou».

O Preâmbulo (pp. 8-9) resume os princípios do MDM, de que extraio as noções de «desenvolvimento sustentável», «reforma e mecanização agrária» e um sistema de educação regionalizado.

O capítulo 1 é de grande teor ético:

- «Os custos de não prevenir a violência são enormes».
- «O País precisa de políticos responsáveis, e cidadãos que não vivem na ilusão [...] dos lambetobotas [...] O nosso País tem pago um preço muito elevado pela cultura de bajulação e do medo, e de ser prisioneiro de esquemas pré-fabricados».
- «O MDM vai desarmar [...] a captura da Democracia e a afronta do Estado de Direito protagonizada pelo STAE, e outras instituições a fim [...]. Devendo o STAE ser integrado na CNE.» De notar que o Manifesto da Renamo não diz nada sobre este ponto, provavelmente não por divergência, mas por redacção diferente.
- Diz que o MDM está comprometido «com os ideais da Social-democracia», mas não sei bem se isso tem o sentido clássico da expressão na Europa, principalmente Europa do Norte, ou se é mais no sentido do PSD português, um partido de centro-direita com quem o MDM tem boas relações.
- Vai «apostar numa relação de proximidade entre os eleitos e cidadãos».
- Vai «assegurar que o próprio Estado e os órgãos que o compõem sejam instituições que respeitam e promovem regras transparentes e não discriminatórias em toda a sua acção».
- Vai «desenvolver mecanismos de justa regulação para os serviços de áreas económicas e sociais [...] tendo em conta a necessária coexistência entre o sector público, privado e social».
- Vai promover «a *intervenção do Estado* [grifo meu] para assegurar a justiça distributiva e realizar os fins sociais do Estado, sem sobrecarregar o erário público com custos desnecessários».

Enfim, afirma que o «MDM acredita que o Estado moçambicano pode fazer mais e melhor com menos custos».

Isto desenha já *uma ética quase weberiana com alguns aspectos de política económica keynesiana*. Mas há outros aspectos: o MDM quer diminuir e redefinir os poderes do Presidente da República, reforçando o poder da Assembleia da República. Embora a expressão não apareça, o objectivo parece ser o fim do semipresidencialismo (na realidade presidencialismo em Moçambique, visto o Presidente da República ser também o presidente do partido) para *estabelecer um*

regime parlamentar apoiado pela «genuína promoção» do poder local. O Manifesto denuncia o processo de «autarquias provinciais» como mantendo a dependência das províncias para com os ministérios e anuncia que o MDM vai eliminar «qualquer interferência de eventual protagonismo ou interferência do representante do Estado na província, devendo todo o mérito e liberdade de governação adstrita ao Governador sufragado no escrutino eleitoral». Trata-se de uma orientação abertamente provincialista: não federalista porque o governador obedece à lei do Estado central, mas provincialista porque tem larga latitude de iniciativa.

Aliás, há todo um subcapítulo sobre a «descentralização administrativa» (pp. 14-15). A tradição municipalista do MDM vê-se também na vontade de uma desconcentração, «a favor de associações de municípios, das competências de planeamento que a administração central hoje detém através dos planos regionais de ordenamento do território». Propõe também que os municípios sejam accionistas de direito dos megaprojectos e outros projectos de grande renda. Não poderá isto ter um efeito corruptor nas escolhas das autarquias, que esperam ter os seus orçamentos locais reforçados e que, caso contrário, poderiam recusar um ou outro megaprojecto por razões sociais ou ecológicas?

Na subparte sobre a justiça, o MDM quer «transformar o Conselho Constitucional em Tribunal Constitucional» e criar um «Tribunal de Contas»; quer a eleição pelos pares dos presidentes dos diversos tribunais; como a Renamo, quer que a Polícia de Investigação Criminal seja colocada sob tutela do Ministério Público (MP) e quer reforçar o MP pela reformulação do Conselho Superior da Magistratura.

Há uma subparte que associa a luta para o «reforço da cidadania e luta contra a pobreza», mas, apesar da forte vontade, carece de medidas concretas. Em contrapartida, a parte sobre a corrupção é bem desenvolvida: a ideia central é, tal como no Manifesto da Renamo, que uma das causas centrais da corrupção é a partidarização do Estado, o que implica falsidade nas compras do Estado e recrutamento e promoção sem meritocracia. Uma medida «FUNDAMENTAL», segundo o Manifesto, é a prestação de contas do executivo à Assembleia da República – supõe-se de cada ministério e regularmente.

Uma subparte advoga um «Estado regulador e não autoritário». Sem citar o conceito de capitalismo, diz que, «numa sociedade de concorrência e de mercado livre como a nossa, torna-se indispensável um Estado de Garantia que assegure que os objectivos sociais definidos são efectivamente alcançados». Várias medidas propõem, assim, um reforço das instituições reguladoras que seriam independentes do Governo, em particular as dos «serviços de fornecimento de água, electricidade, saneamento básico, transporte de passageiros e provisão de alimentos».

Uma importante subparte trata da defesa nacional, da protecção civil e da segurança interna. Insiste na desmobilização dos antigos combatentes, «eliminando a excessiva burocracia que tem deixado muitos deste grupo de moçambicanos numa situação de pobreza extrema injustificável».

O SISE não é citado, mas estão previstos «Serviços de Informação do Estado mais comprometidos com a segurança do Estado como um todo». Quer dizer serviços que tratam da segurança do Estado e não de vigiar toda a população? Não está dito, pode ser subentendido. **No capítulo 2 sobre o desenvolvimento económico**, diz-se que o objectivo fundamental da política económica do MDM é a «a criação de riqueza e sua distribuição mais equitativa». No entanto, não põe em causa o que chama «[o]s projectos de capital intensivo» que são «fundamentais» e afirma que «um crescimento sustentável só é possível através do desenvolvimento de pequenas e médias empresas». Aí, o MDM não escolhe entre os projectos de «capital intensivo» e a agricultura familiar, advogando um «crescimento económico com uma equilibrada redistribuição da riqueza e inclusão social».

Há uma grande subparte sobre as mudanças climáticas e a necessária adaptação da pecuária, temas ausentes dos Manifestos da Frelimo e da Renamo. Esta subparte é muito detalhada e muito técnica. Mas não se percebe claramente se o MDM considera que a base do desenvolvimento é a agricultura familiar ou é a agroindústria. Também não propõe o fim da lei da propriedade estatal da terra.

A subparte sobre os recursos naturais adverte que «[a] descoberta de recursos naturais tem sido uma fatalidade para muitos dos nossos países vizinhos africanos. Dirigentes tornam-se arrogantes, gananciosos e ambiciosos. Esse é o maior perigo para o nosso País». Seguem-se muitas medidas concretas e técnicas para assegurar que os recursos são alocados ao desenvolvimento local (pp. 28-29).

No que diz respeito ao emprego, as propostas são mais vagas. O MDM quer multiplicar as «zonas francas de modo a atrair, para diferentes pontos do País, pequenos, médios e grandes investimentos estrangeiros e nacionais», o que é contraditório com seu programa social e de Estado regulador, e pode pôr em perigo o desenvolvimento regional (as empresas vão concentrar-se nas zonas francas em vez de se espalharem pelo País).

As subpartes sobre a «indústria transformadora» e a «urbanização e construção» são pouco desenvolvidas: não há nenhum projecto para travar o crescimento urbano. É de admirar, dada a tradição do MDM de gerir cidades. Em contrapartida, a subparte sobre o sector privado é bem mais detalhada, advogando o desenvolvimento de uma burguesia produtiva diferente da elite rendeira actual (o MDM não diz «burguesia», diz «empreendedorismo» e acredita na transparência e na concorrência para o sucesso deste desenvolvimento).

O capítulo 3 sobre o desenvolvimento das infra-estruturas (p. 33) parte da constatação de que «Moçambique possui uma das infra-estruturas menos desenvolvidas. Tendo em conta a extensão territorial de Moçambique e a localização dispersa da sua população, requer uma política de transportes capaz de atingir todas as regiões, localidades e comunidades». A medida central neste capítulo parece-me uma vontade, talvez não de romper com os corredores do Índico para o *hinterland*, mas de completá-los com um «corredor de Moçambique [com a]

construção de uma via férrea e rodoviária que irá ligar todo o País a partir do Norte, Centro e Sul».

As subpartes sobre electricidade, portos, transportes terrestres (além do corredor Norte-Sul já citado) não me parecem muito detalhadas, ao invés da subparte sobre desenvolvimento de Internet e da comunicação social, que têm «como filosofia substancial a liberalização do mercado, ou seja, o estabelecimento duma plena concorrência no sector».

Quanto aos megaprojectos, «são bem-vindos», mas devem ser bem geridos, como o demonstrou o caso do carvão e não deve haver «prejuízos na vida da população local»; por fim as infra-estruturas construídas devem «na medida do possível» contribuir para o «desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais». *Aqui, são votos, sem garantia alguma de que aconteçam...*

O capítulo 4 sobre desenvolvimento e equilíbrio social é um capítulo compósito, que abrange a educação, a saúde, a habitação, o ambiente, a infância e a adolescência, a política para pessoas idosas, pessoas com deficiência, diversidade e desenvolvimento cultural, desporto e lazer, juventude, promoção da mulher, autoridades tradicionais e religiosas. Irei citar unicamente algumas medidas concretas que me pareceram originais, além de metas gerais que todos os partidos têm.

Confirmando o peso dos professores no partido, numerosas propostas concernem a educação, entre as quais:

- «Garantir a obrigatoriedade e gratuidade da educação do ensino primário completo».
- «Introduzir um Programa de Nutrição nas escolas públicas do ensino primário».
- «Garantir o acesso gratuito ao livro no ensino primário completo das escolas públicas e privadas».
- «Incluir nos currícula temas relacionados com valores e gestão de recursos naturais».
- «Promover o estatuto dos professores».
- «Delegar à Comunidade Universitária a eleição dos Reitores das Universidades Públicas».

É de notar que, entre estas medidas sobre educação, não há nenhuma sobre a corrupção dos professores e os pedidos de favores sexuais a troco de «sucesso escolar».

Há muitas outras medidas sobre diversos assuntos sociais, entre as quais:

- «Garantir seguro de vida aos profissionais de saúde tendo em conta a vulnerabilidade e as condições a que estão sujeitos no trabalho do dia a dia».
- «Criar o sistema de Crédito Jovem Habitação».
- «Oferecer lotes urbanizados para que as famílias construam suas próprias casas duma forma e em condições resilientes». *Isto pode ser uma medida interessante para promover a autoconstrução, que pode ser um caminho, nomeadamente rumo às técnicas baratas de barro melhorado.*
- «Dar continuidade ao desenvolvimento de novas centralidades». *Isto é, não há uma estratégia de travão do crescimento urbano, trata-se provavelmente de multiplicar novas pequenas vilas e cidades médias. De notar que o MDM não propõe a mudança da capital do País.*

- «Manter as prioridades de combate ao trabalho infantil, abuso e exploração sexual infanto-juvenil».

Nestas medidas sociais, na política para a pessoa idosa, não é apresentada a proposta de uma pensão universal para idosos rurais. Há várias metas para a inclusão das pessoas com deficiências.

Das medidas relativas à juventude e mulher, destaco as seguintes:

- «O desenvolvimento da cultura em Moçambique passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento da nossa diversidade política, histórica, linguística, étnica e multicultural e o respeito dessa diversidade. A adopção de uma política de promoção das culturas nacionais marcará o reencontro do Moçambique consigo mesmo.» *Mas veja-se uma vez mais que a diversidade moçambicana se torna programa somente na cultura e não na educação, nem na definição das províncias, nem no multilinguismo do Estado.*
- «Criar o Fundo de Apoio ao Associativismo Juvenil».
- «Criar Pousadas de Juventude».
- «Desenvolver acções afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do País».
- «Prevenir e combater a violência sexual e doméstica, divulgando a Lei da Violência Doméstica, com acções que articulem prevenção e apoio às vítimas».

Por fim, notei a proposta de «incluir o regulado na estrutura administrativa do Estado [e de] respeitar os mecanismos tradicionais de sucessão do poder». Isto é uma condenação da intromissão frequente da Frelimo para entronizar o régulo da sua escolha, possuidor do cartão vermelho, o que provoca tensões nas comunidades.

Enfim, há uma subparte sobre a religião, certamente ligada à cultura dos dirigentes do MDM, que dá ênfase ao seu papel na sociedade, mas que não propõe nenhuma medida concretas. *Por isso, não há ruptura com a laicidade do Estado.*

REPAROS GERAIS SOBRE O MANIFESTO DO MDM

Globalmente, o Manifesto do MDM é muito detalhado e revela uma capacidade técnica de bom nível. Desenha a ideia de um Estado social e democrático sem ruptura com o capitalismo periférico. Embora, muitas vezes, o MDM proponha medidas tendencialmente em ruptura com o capitalismo, apresenta outras que integram Moçambique neste sistema. Não há uma escolha clara de uma estratégia decidida a favor da agricultura familiar como forma de acumulação local de capital, a partir do momento em que a agroindústria, os megaprojetos e as zonas francas, são também «bem-vindas».

O Manifesto do MDM fica marcado pela tradição municipalista deste partido, mesmo que esta esteja enfraquecida hoje em dia. É um Manifesto com vontade de realismo e tecnicidade das propostas em geral, mas que não explica como serão financiadas. As medidas propostas

provavelmente carecem de hierarquização. Tem-se a impressão de que o MDM quer fazer tudo e que o voluntarismo estatal, com Governo do MDM, e a honestidade deste, permitirão essas realizações. É o único Manifesto que reivindica a social-democracia, embora historicamente o MDM não seja um partido social-democrata.

PODEMOS. O MOÇAMBIQUE QUE QUEREMOS – ESTRATÉGIA DE GOVERNAÇÃO, S.D., 44 PÁGINAS.

O Manifesto do Podemos é um documento de 44 páginas, que contém muitas metas e menos medidas concretas, explicitadas em 14 curtos capítulos.

Na **introdução**, o Podemos defende um «Moçambique uno, indivisível, que promove a diversidade étnico-linguística e cultural; um Moçambique forte, em franco desenvolvimento e onde ninguém está acima da lei» (p. 3). Aqui há uma originalidade porque todos os outros Manifestos, se falarem do assunto, respeitam a diversidade mas não a *promovem*.

No **capítulo «Contextualização»**, diz-se que «passadas mais de quatro décadas depois da independência, [...] muitos dos problemas que justificaram a luta contra o sistema colonial português persistem. [...] O modelo de desenvolvimento económico ainda é colonial, assenta na indústria extractiva e nas grandes plantações, e investe pouco na agricultura familiar e provoca assimetrias regionais profundas. A indústria transformadora é quase inexistente. Depois de mais de quatro décadas, o País ainda não possui um sistema ferro-portuário ligando as regiões [N]orte, [C]entro e [S]ul».

O Podemos parece-me ser o único a dizer o seguinte: «O artigo 159 da Constituição da República atribui competências excessivas ao chefe do poder executivo, designadamente o Presidente da República. Cumulativamente, o Presidente da República exerce as funções de chefe do seu partido, o que cria confusão na sua actuação e dificulta o processo de prestação de contas sobre a sua actuação, enquanto Chefe do Estado. Esta realidade, que remonta ao período do partido-Estado (1975-1990), gera promiscuidade entre os interesses do Estado e partidários, impedindo, assim, a actuação transparente e independente dos órgãos de garantia da soberania e da legalidade.» Pode-se concluir que o Podemos é contra a dupla Presidente da República/presidente de um partido. Aliás, o candidato à Presidência, Hélder Paulo de Mendonça, não era o presidente do partido.

O texto ataca frontalmente a corrupção, que não é definida como uma situação deplorável mas como uma situação «*promovida* pelo topo da hierarquia do Governo» [grifo meu]. O Podemos define-se como «partido da juventude», o que está obviamente ligado à sua história de saída da Frelimo. No **capítulo «Nossa visão»**, diz que pretende «[u]m Moçambique em paz; uno e indivisível, com uma real separação de poderes; que promove e pratica a responsabilização e a prestação de contas; que promove um desenvolvimento sustentável; livre de exclusão, discriminação,

nepotismo, clientelismo e paternalismo; que respeita a diversidade étnico-linguística e cultural e que pratica boas relações com outros estados e povos na base do princípio do mútuo benefício». A insistência na diversidade é nítida, como se pode ver no **capítulo «Nossos objetivos»** : o objectivo citado em primeiro lugar é «[c]onsolidar a paz e a unidade nacional, sem prejudicar a diversidade étnica, linguística e cultural dos moçambicanos».

O Podemos quer a separação dos três poderes e «[f]ormar um Governo na base da racionalização das despesas públicas, para investir em mais e melhores serviços públicos, tais como, a saúde, a educação, a agricultura, o transporte, a segurança pública e as infra-estruturas». Penso que é o único Manifesto que usa o conceito de «serviços públicos».

No **capítulo «Pilares de governação»**, propõe «[r]eestruturar as Forças de Defesa e Segurança para torná-las únicas, apartidárias, eficazes e eficientes»; está a favor de um Governo de coligação – é o único partido que o afirma. Propõe «a revisão da Constituição da República para que o Presidente da República, no acto da tomada de posse, deixe de ser presidente do seu partido, caso o seja».

Propõe «[a]cabar com o recenseamento eleitoral. O cidadão moçambicano que atinge 18 anos de idade adquire automaticamente o direito de votar. O voto será feito mediante apresentação do documento comprovativo da idade, reconhecido pelo Governo moçambicano, tanto em Moçambique como no estrangeiro». Isto implicaria provavelmente o desenvolvimento massivo do registo de estado civil, da distribuição do BI e da respectiva gratuidade (ao contrário de hoje), mas isso não é mencionado.

Quer «[c]onstruir uma linha férrea que liga as três regiões do País [e] uma estrada nacional de referência, com padrões internacionais, que liga as [mesmas] regiões». Quer «investir na agricultura familiar, através de uma produção direccionada», o que não está muito claro.

No **capítulo 5 sobre a distribuição do poder pelos órgãos centrais**, denuncia «[u]m Poder Judicial dominado pelo [...] Presidente da República» e propõe como solução a eleição «dos titulares dos órgãos do judiciário, designadamente, o Tribunal Supremo, o Tribunal Administrativo, o Ministério Público e o Conselho Constitucional, por maioria qualificada de 2/3, pela AR, sob proposta do Conselho da Magistratura». Com essa maioria qualificada, a tendência política maioritária teria de se entender com a oposição, o que garantiria o profissionalismo dos eleitos.

No **capítulo 6 sobre o poder legislativo**, defende que este deve «[f]iscalizar a actuação dos poderes executivo e judicial» e que se deve acabar com um «Poder Legislativo dominado pelo Poder Executivo»; quer «promover a revisão da Lei eleitoral, para que os deputados sejam eleitos de forma directa» (volto a essa questão infra). Propõe também «[e]stabelecer uma quota mínima de 20 % de mulheres para a lista dos candidatos». Isto é bastante estranho, porque a proporção de mulheres na Assembleia da República já é de 38 % (mandato 2015-2020). Será uma simples gralha e quererá dizer 50 %?

Propõe que a presidência da AR seja apartidária, sendo uma pessoa escolhida fora da Assembleia, na sociedade civil.

No **capítulo sobre o poder executivo**, propõe um Governo reduzido a 19 ministérios sem vice-ministros. Propõe também «[e]liminar os Presidentes dos Conselhos de Administração (PCA) não executivos das empresas públicas». Quer «[r]educir as regalias dos altos-funcionários públicos (ministros, deputados, directores nacionais, etc.)». Penso que é o único Manifesto a fazer esta proposta.

Contém matérias muito detalhadas sobre as remunerações das forças de segurança (por exemplo: «Compensar as horas de trabalho dos agentes da lei e ordem com bonificações»), quase um programa sindical da corporação, o que indica com certeza que membros desta participaram na redacção do programa. Quer reformular as prisões, etc.

Afirma que a «agricultura é um dos subsectores mais marginalizados, tanto em termos de financiamento, como de incentivos». Estranho que se fale da agricultura como um «subsector», mas depois surgem várias propostas para fortalecê-la. Critica um «[s]istema de transportes ferroviários e rodoviários não ligado às fontes de produção agrícola e industrial» e a «[i]nsuficiência de indústrias transformadoras».

Quer aumentar «o rácio médico-população, através do investimento na formação de mais médicos» e a formação de médicos em Cuba.

Pretende «[e]stabelecer a obrigatoriedade do nível de educação infantil». Quer «[f]omentar a habitação sem condicionalismos de natureza partidária».

Em matéria de política estrangeira, denuncia fortemente «[a] propalada diplomacia económica [que] não é inclusiva e nem traz resultados positivos para a economia moçambicana; [...] Promove e integra quase sempre os mesmos empresários ligados à elite política moçambicana sob a capa de Confederação das Actividades Económicas (CTA), visando desenvolver as mesmas famílias em prejuízo da maioria».

Propõe «[p]romover um novo grupo de empresários (jovens) nas visitas internacionais» e «[a]poiar [...] o papel das organizações não governamentais (ONG) estrangeiras».

No **capítulo sobre a distribuição do poder ao nível territorial**, o Podemos «pretende garantir a descentralização de poder e conferir maior poder aos governos provinciais» e por isso «eliminar a figura de Secretário do Estado». Além disso, propõe uma medida altamente original, que é «[i]mplantar a capital política em Quelimane, que é o centro geográfico do País. Estabelecer Maputo como capital económica e Nampula como capital cultural». Isto carece de precisão concreta, mas deve-se reconhecer que seria uma revolução cultural no País.

No **capítulo sobre as «questões transversais»**, o Podemos quer criar uma instituição única em lugar da dupla CNE/STAE, que seria a «Comissão Eleitoral Independente», cujos membros seriam eleitos pela AR com maioria dos 2/3 «dentre os cidadãos idóneos provenientes da sociedade civil».

Finalmente vem uma explicação de como os deputados serão eleitos (p. 40): «Os Deputados da Assembleia da República serão eleitos directamente pelo povo, através de listas abertas, em vez de listas fechadas. Desta forma, o deputado será mais responsável perante o seu ciclo eleitoral e prestará contas. Por seu lado, o povo saberá em quem votará para o representar na Assembleia da República». Suponho que isto significa que o eleitor, escolhendo sempre uma única lista de um dado partido, poderá, no entanto, riscar nomes desta lista.

Propõe-se a criação de um Serviço Central de Inteligência (SCI) exclusivamente devotado à segurança do Estado, mas não é explicado que o SCI não tem por fim vigiar a população e os partidos de oposição e deve ser submetido a controlo parlamentar.

Há um subcapítulo sobre as dívidas ilegais. O Podemos não diz se quer pagar ou não pagar, mas quer prevenir a ocorrência de mais casos, reforçando o poder judicial e criando um «dispositivo legal na Constituição da República e demais leis vigentes sobre a matéria, que anula automaticamente as dívidas contraídas fora do controlo financeiro moçambicano e decreta a responsabilização criminal dos autores morais e materiais, uma vez provado em julgamento».

Existe ainda um subcapítulo sobre o conflito em Cabo Delgado. É o único Manifesto a fazer esta referência. Apesar de não conhecer «as causas do conflito, as motivações dos perpetradores e a sua fonte de financiamento», faz uma comparação contestável: «À semelhança do conflito com a Renamo, o conflito que acontece na região Norte de Moçambique e, em particular, na província de Cabo Delgado, demonstra a fragilidade do Estado em garantir a soberania e integridade territoriais e segurança do povo moçambicano e dos seus bens.» Mas propõe criar «uma equipa multidisciplinar para investigar os actores, as motivações e as fontes de financiamento desses grupos». No entanto a única solução proposta parece ser a da repressão.

O último subcapítulo é sobre as pessoas com deficiências. É o único Manifesto que atribui esta importância ao assunto. Propõe, em particular, «[e]stabelecer uma quota para pessoas com deficiência no mercado de trabalho».

REPAROS GERAIS SOBRE O MANIFESTO DO PODEMOS

Globalmente, para um partido recente como é, o Manifesto do Podemos demonstra uma óbvia «capacidade programática», é bem detalhado embora cheio de metas que são na realidade meros desejos. Mas contém também uma data de medidas concretas, entre as quais algumas altamente originais, como a insistência na diversidade étnica, na supressão dos Secretários de Estado nas províncias, no fim da dupla Presidente da República/presidente de partido, na escolha de um Presidente da Assembleia da República fora da Assembleia, na sociedade civil e, ainda, o estabelecimento de três capitais em três zonas do País.

No entanto, ao nível macropolítico, se há nuances, não há ruptura com os outros Manifestos: uma nação una, um Estado de direito, capitalista, liberal com separação de poderes, social,

e descentralizado. Não está claramente definida uma estratégia de progresso social nem de financiamento deste, que parece ter que vir da criação de um fundo soberano (p. 21) «para gerir os lucros da indústria dos recursos minerais, energéticos e hidrocarbonetos», o que significa a plena inserção neste tipo de economia extravertida, apesar da crítica inicial sobre a «economia colonial» de Moçambique.

NOVA DEMOCRACIA. O PODER DO PARLAMENTO. O 1.º MANIFESTO LEGISLATIVO EM MOÇAMBIQUE, S.D., S.L., 25 PÁGINAS

O Manifesto da Nova Democracia (ND) não é escrito de uma maneira clássica, como os outros, na forma de brochura. É um pouco concebido como um PowerPoint, com ilustrações, gráficos, estatísticas. Isto não facilita a comparação com os outros Manifestos.

A ND assume o facto de ter escolhido apresentar-se só às eleições legislativas, que apresenta como sendo em coerência com a sua proposta de divisão dos poderes – argumento que pode ser contestado porque a separação dos poderes concerne... os três poderes e não um só! Esta escolha explica que as medidas propostas sejam relativas principalmente às leis a serem votadas pelo Parlamento e muito detalhadas em quadros.

No entanto, os grandes princípios da ND são: a defesa da Constituição, independência da Justiça, respeito pelos direitos humanos, economia livre, valorização do local e direito à propriedade. Está contra qualquer discriminação racial, sexual, étnica, política, filosófica, ideológica, religiosa ou física, com a excepção obviamente da *discriminação positiva*. Os deputados da ND comprometem-se a recusar as regalias excessivas. A ND define-se como «nacionalista» no sentido em que o interesse da nação está acima de tudo – faltando definir o que é um «interesse nacional» numa sociedade de classes. Mas defende a independência do poder político «face ao grande capital económico». Define-se como um partido do centro democrático, mas talvez não fosse essa a característica principal deste Movimento.

Defende um primeiro emprego com ajuda do Estado para os jovens, a repatriação livre ou coercitiva de capitais, maior liberdade para as associações, verdadeiras consultas públicas, política agrária priorizando a produção alimentar e o mercado interno, suprimir as regalias excessivas dos titulares de órgãos de soberania, da província e dos órgãos autárquicos, 15 % do Orçamento do Estado para a Saúde, exigir o cumprimento da decisão do Conselho Constitucional sobre a nulidade das dívidas ilegais, eliminar as células partidárias no aparelho de Estado, eleger um Provedor de Justiça, dar bolsas aos dois melhores estudantes por distrito para ingresso nas universidades, eleição dos Reitores das Universidades pelos pares e muitas outras medidas.

No fim do Manifesto, há uma lista de propostas de financiamento para concretizar as medidas propostas: com lei de repatriamento de capitais, valores recuperados pelo Gabinete Central de

Combate à Corrupção, operação Tronco, repressão da caça furtiva, juros e multas do INSS, os 7 milhões, os 20 % colectados dos megaprojectos pelo Estado a favor das comunidades locais, imposto e receitas da indústria extractiva. É o único Manifesto a propor medidas de financiamento.

Globalmente, o Manifesto advoga um poder parlamentar forte, mas não se pode dizer que seria um regime parlamentar porque, sendo um Manifesto legislativo, não há reflexão sobre os outros ramos de poder. No plano económico e social, faz pensar numa social-democracia desenvolvimentista.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS CINCO MANIFESTOS

Há nuances óbvias nos programas. Seria falso dizer que são todos *idênticos*. É normal que um partido como a Frelimo, que está no poder há 44 anos, possua uma tecnicidade na elaboração do seu Manifesto que os outros partidos têm mais dificuldades em alcançar. A Frelimo apresenta o seu Manifesto num pensamento de continuidade governamental, quando todos os outros querem a mudança.

Vimos algumas nuances: todos os partidos de oposição insistem na separação dos três poderes quando a Frelimo fala em interdependência; todos os Manifestos são a favor da descentralização, mas o MDM, o Podemos e a ND são contra a existência dos Secretários de Estado na província. Todos dizem combater a corrupção, mas a partidarização do aparelho de Estado é considerada como causa somente pelos partidos de oposição. Um melhor equilíbrio entre as províncias é muito mais nitidamente advogado pela oposição do que pela Frelimo. Uma medida frequente nos programas da oposição é a construção de um caminho-de-ferro Norte-Sul. Até o MDM quer uma lógica de corredor Norte-Sul, contrabalançando os corredores Este-Oeste. Todos os partidos convocam a Unidade Nacional ou Coesão Nacional, mas alguns acrescentam que deve ser no respeito da diversidade étnica.

O Manifesto da Renamo talvez seja o mais «industrializante», o que não deixa de admirar para um partido que tinha as suas bases sociais sobretudo no campo. O Manifesto do MDM é aquele que entra em maiores detalhes sobre as mudanças ambientais e com propostas concretas neste sentido, como as modificações das práticas de pecuária. Os Manifestos do Podemos e da ND são aqueles que defendem com mais força e detalhe a separação dos poderes, o Podemos até pedindo a proibição da dupla Presidente da República/presidente de um partido e a ND pedindo que o Presidente da Assembleia da República seja eleito por dois terços fora da própria Assembleia, na sociedade civil.

Algumas temáticas estão ausentes de todos os Manifestos, o que me admirou muito:

– Ninguém propõe a abolição ou mesmo a modificação da Lei de Terra que manteve a propriedade estatal da terra e que não conseguiu proteger eficazmente os camponeses frente

à intervenção de dirigentes, obtendo grandes DUAT, ou, ainda mais, frente aos megaprojetos. Em particular, a velha reivindicação de todas as reformas agrárias – «a terra para quem a trabalha» – não é defendida por ninguém. É verdade que a situação de Moçambique é historicamente diferente da de países em que coexistem grandes propriedades latifundiárias e camponeses sem terra (caso do Brasil). No entanto, os conflitos de terras multiplicam-se e camponeses reassentados depois da atribuição das suas antigas terras a grandes projectos tornam-se muitas vezes sem-terra, visto que as terras que lhe foram atribuídas são inférteis. Não se trataria, pois, de privatizar a totalidade da terra, mas de permitir aos camponeses, individual ou colectivamente, ter a propriedade plena da terra que se tornaria inacessível durante, por exemplo, 30 anos (para impedir a compra dessas terras por empresários influentes). Aliás, *os Manifestos são mudos sobre os conflitos de terra que se multiplicam*. Nenhum fala do (falhado?) projecto Pro-Savana. Nem o da Frelimo fala do programa Sustenta.

- Ninguém propõe a municipalização geral do território, nem a Renamo, que a tinha exigido aquando dos Acordos de Paz de Roma.
- Nenhum Manifesto fala do respeito a orientações sexuais diferentes; o tema LGBT está totalmente ausente.

De um ponto de visto mais geral, o modelo de nação veiculado pela Frelimo desde 1975 (e mesmo antes) e o paradigma de modernização não são seriamente contestados. Não há uma visão de *uma nação de nações*, conjugando a nação pós-colonial com as nações africanas pré-coloniais. Nos Manifestos, estas sobrevivem na cultura, numa visão patrimonial, mas não na estrutura do Estado e das suas províncias e não na educação. Ninguém propõe uma constituição do tipo da Bolívia de Evo Morales, de «Estado plurinacional», assumindo não só a diversidade, mas a plurinacionalidade do Estado pós-colonial. Isto é, a Frelimo manteve a hegemonia no imaginário nacional: uma só nação do Rovuma ao Maputo, a «diversidade» devendo integrar-se na modernização geral.

Não se pode classificar os Manifestos em termos de esquerda/direita. Todos contém medidas sociais, mas todos querem não só a presença do capitalismo internacional, como a querem como ferramenta fundamental de desenvolvimento. O que é discutido é mais como captar melhor as regalias. Mas o modelo global de desenvolvimento/crescimento não é contestado: é o *crescimento* que vai fazer recuar a pobreza mais do que a partilha das riquezas quando só este último princípio importaria uma modificação profunda das estruturas económicas e sociais.

A impressão global do lado da oposição é que *não se trata de revolucionar a orientação política do Governo*, mas de afastar os corruptos, os que gerem mal, para governar bem, com ética. Deve-se pois, *mudar as pessoas*, mudar as famílias que estão no poder há 44 anos, aproximar camadas sociais marginalizadas das benfeitoras do Estado moderno, mais do que estabelecer uma orientação radicalmente diferente.

Além disso, os Manifestos são somente uma ferramenta, e com certeza não a principal, nas campanhas eleitorais dos partidos. Para os que têm candidatos presidenciais (Frelimo, Renamo e MDM), a personalização é obviamente mais forte. Os outros (Podemos e ND) tentam enriquecer as suas propostas com medidas originais. Mas o facto de não haver um candidato presidencial é obviamente um factor de grande fragilidade destes dois partidos.

Principalmente para os três maiores partidos (Frelimo, Renamo e MDM), as diferenças maiores não são nas grandes orientações estratégicas – embora essas diferenças existam –, mas nas características sociais, regionais e culturais das suas lideranças e dos grupos sociais que se reconhecem nelas. *A historicidade desses partidos é mais importante do que os respectivos programas.* No entanto, nenhum partido aparece com um programa de uma dada etnia.

Isto não significa que os programas não tenham importância, porque exprimem uma cultura política e contribuem para a formar. Mas são só um indicador da identidade desses partidos. Aliás, o que é um Manifesto, um *Programa*? É um texto escrito por uma comissão dentro de um partido. Raramente os partidos organizam no seu seio um processo programático, com reuniões locais e provinciais preparatórias e, finalmente, um congresso ou uma conferência nacional que adopta o programa. A Frelimo, com a sua «maquinaria» administrativa sólida, organiza reuniões programáticas, mas no quadro de um grande verticalismo que não dá soberania às bases: *explica-se* mais do que se *elabora* o programa. Nos outros partidos o Manifesto é com certeza do partido nas suas grandes orientações, mas é antes de mais o Manifesto da comissão que o escreveu.

Aliás, em alguns Manifestos, o aspecto «catálogo» é muito nítido. Algumas medidas ou metas são introduzidas porque, na comissão, há uma pessoa interessada nelas. Por exemplo, no Manifesto do Podemos, até há uma meta que diz que se deve pagar as horas suplementares aos policiaes. Porquê só para estes? Isto indica claramente que havia um membro desta corporação na dita comissão, que quis incluir esta reivindicação muito mais sindical do que de um programa nacional de um partido.

Isto quer dizer que, salvo, em parte, para a Frelimo, o Manifesto representa um sector de um partido, *mas não é suficiente para definir a identidade deste partido.*

A proximidade das orientações oficialmente defendidas (embora em clara contradição, no caso da Frelimo, com pelo menos uma parte da orientação praticada) não facilita um voto de orientação. Não há génese em Moçambique, pelo menos até hoje, de «partidos camponeses», ou «operários», como houve e há tantas vezes em muitos países, incluindo os do terceiro mundo. Em Moçambique, *não há partidos socialmente definidos* mesmo sabendo-se que, dos dois principais, um tem a maioria da elite no seu seio e o outro sectores marginalizados da sociedade. Todos os partidos se dizem nacionais ou até «nacionalistas».

Aliás, a população moçambicana, sem grande tradição democrática e habituada a práticas neopatrimoniais, está mais à procura de um «Chefe Grande» que seja «Bom» do que de um debate acérrimo de orientações.